

## A greve académica de 1907. Suas repercussões políticas e educacionais

Maria Neves Leal Gonçalves\*

Este artigo procura revisitar a greve académica de 1907 e integrá-la num cenário de declínio da Monarquia Constitucional e numa conjuntura promissora da nova ordem republicana. Num primeiro momento, aborda-se a origem, o desenvolvimento e as consequências desta rebelião estudantil, enfocando uma multiplicidade de olhares, coevos, de publicistas, escritores e políticos e dando igualmente voz a alguns estudantes que vivenciaram esses acontecimentos. Num segundo momento, procede-se à abordagem das intervenções parlamentares que esta questão académica despoletou na Câmara dos Deputados, com destaque para os discursos eloquentes de António José de Almeida, um dos grandes tribunos republicanos do seu tempo.

### Palavras-chave

Greve, estudantes, Universidade, Câmara de Deputados

---

\* UI&D Observatório de Políticas da Educação e de Contextos Educativos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Doutoranda da Universidade de Évora.

maria.neves@netcabo.pt

Os protestos académicos, desencadeados na Universidade de Coimbra a 28 de Fevereiro de 1907, e renovados no dia seguinte, 1 de Março, tiveram como origem e pretexto a reprovação de um candidato ao grau de doutor em Direito, José Eugénio Dias Ferreira, republicano e maçom<sup>1</sup>. A rebelião estudantil visava essencialmente reformar os estudos jurídicos e todo o sistema pedagógico da Universidade. João Franco, porém, atribuiu a esta questão universitária intuítos políticos e revolucionários e sete estudantes, seis dos quais republicanos, foram expulsos pelo acórdão do Conselho de Decanos.

A greve, que se alastrou por escolas superiores e secundárias, teve repercussões no campo político e educacional. Veio a originar o encerramento das Câmaras e a ditadura franquista. E, no plano educativo, a República viria a concretizar, logo em Outubro de 1910, algumas das reivindicações feitas pelos estudantes no decurso desta crise, como, por exemplo, a abolição do foro académico e do juramento religioso e a derrogação da obrigatoriedade do uso da capa e batina.

### I. Origem e evolução da crise académica

O espírito dos universitários de Coimbra andava há muito exaltado. A propaganda republicana ia ganhando cada vez mais adeptos, tal era o descontentamento face ao grave marasmo do ensino superior.

Em Dezembro de 1906, um grupo de estudantes antimonárquicos dirigiu ao país um extenso e violento Manifesto. Nele é verberado João Franco com epítetos mordazes (“ditador” e “megalómano”) e com expressões virulentas (“mentalidade apoucada e torcida dum epiléptico, ignorante e mal educado”<sup>2</sup>). E o regime dinástico é igualmente satirizado (“nós queremos e esperamos, como castigo de criminosos autênticos e como necessidade de desenvolvimento, de progresso, de grandeza moral do nosso povo, que o Sr. D. Carlos seja o último ladrão da dinastia de Bragança”<sup>3</sup>). A juventude estudantil antimonárquica terminava o Manifesto preconizando o advento da República, único meio que garantiria a consecução da liberdade e da felicidade: “Queremos ser livres, queremos ser felizes e basta para que o sejamos eliminar a monarquia e fazer a república”<sup>4</sup>.

Passados dois meses, a reprovação, por unanimidade, dum candidato às provas magnas de doutoramento, irrompeu o protesto dos estudantes. Campos Lima, um dos académicos mais intervenientes nesta questão, dirá com desassombro: “Aos lentes desagradava-lhes o seu feitio independente [de José Eugénio], que nunca em baixeiras rastejara ante a cátedra; (...) arreceavam-se de que um dia lente da Universidade ele não se adaptasse ao improgressivo sistema universitário e revolucionasse com ideias novas o ensino do Direito. Por isso o reprovaram e só por isso” (Lima, 1907, p. 96).

Se seguirmos o testemunho de Campos Lima ficamos a saber que a agitação campeava nas ruas da cidade e que se ouviam apelos enfáticos: “Queremos cursos livres e uma Universidade Nova” e “Viva o Dr. José Eugénio! Abaixo o ensino cate-

drático!”. E defronte da casa do reprovado, foi unanimemente aprovada a seguinte moção:

A Academia de Coimbra, reunida em sua quase unanimidade diante da porta do Dr. José Eugénio, acabado de reprovar em teses e a quem acompanhou até aqui em manifestação de simpatia, protesta contra a injustiça flagrante desta decisão, contra a maneira jesuítica como foi tratado nos actos e toma estes factos como a declaração mais solene do carácter improgressivo e autoritário da Universidade (Lima, 1907, p. 104).

Também Pinto Quartim, ao recordar a sua participação nesta greve académica, dirá algum tempo mais tarde: “os estudantes vendo nessa reprovação a revelação do carácter obsoleto e autocrático da Universidade, tomaram aquele facto como pretexto para um protesto contra a organização e o ensino do velho estabelecimento de instrução”<sup>5</sup>.

No mesmo sentido, o semanário Verdade, onde colaboravam alguns estudantes de Coimbra, em suplemento saído a 28 de Fevereiro de 1907, apregoava palavras de ordem: “Abaixo a Universidade fradesca, a Universidade inquisição!”. E adiante acrescentava: “A Universidade de Coimbra não viverá enquanto não morrer. (...) A Universidade de Coimbra é um espectro, é um corpo gangrenado, é um foco de infecção e uma vergonha (...) da nossa civilização”.

Brito Camacho foi, no momento, um dos observadores que, do seu posto de A Luta, mais apaixonadamente seguiu os acontecimentos. Vejamos como perspectivou os tumultos e como os enquadrou num cenário de combate aos métodos de ensino e aos estafados rituais académicos:

No dia seguinte não puderam funcionar as aulas, e os primeiros professores que entram na Universidade viram-se desrespeitados pela multidão académica que enchia os Gerais; no auge da exaltação, gritava-se contra o foro académico, contra a inquisição universitária, contra os velhos e gastos processos de ensino, ainda em uso naquele estabelecimento científico<sup>6</sup>.

De facto, eram várias as reclamações dos estudantes: cursos livres, garantia do ponto para esse ano, abolição do foro académico e do juramento religioso, um ensino mais racional e científico e menos mnemónico. Insurgiam-se contra o excessivo rigor do traje académico e respectivos símbolos externos<sup>7</sup> e contra o atraso da Universidade de Coimbra, problema crónico que, desde há muito tempo, fora gerando insatisfação dos espíritos mais válidos e inconformistas. Vejamos, a título de exemplo, como Eça de Queirós, nas Notas Contemporâneas<sup>8</sup>, recordava os seus tempos de Coimbra:

Por toda essa Coimbra, de tão lavados e doces ares, do Salgueiral até Celas, se erguia ela [Universidade], com as suas formas diferentes de comprimir, escurecer as almas: - o seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer; a disfarçar, a vergar a

espinha; o seu literalismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis* (...); o seu foro, tão anacrónico como as velhas alabardas dos verdeaes que o mantinham; (...) a sua «chamada» espalhando nos espíritos o terror disciplinar de quartel; os seus lentes crassos e crúzios (...) o praxismo poeirento dos seus Pais Novos, e a rija penedia dos seus Penedos! (s/d, p. 257).

O quadro gizado pela magistral pena queirosiana permite-nos facilmente adivinhar o ensino ministrado na Universidade, no período em que a frequentou (1865-1870): conservador, anacrónico, irracional e opressor. E este sistema parece ter permanecido, mau grado o avançar do tempo. Em 1903, o jornal *Verdade* inaugurava a sua publicação com um artigo firmado por Campos Lima, repleto de interrogações denunciadoras de uma teia de críticas a esse mesmo ensino: “Obedeceu ela [Universidade] ao intuito de remodelar o sistema de educação, engrandecendo-o, tornando-o mais útil? Veio libertar o aluno das praxes, da caderneta dos lentes, da espionagem dos archeiros e do rigor deprimente do foro académico?”<sup>9</sup>. E, animado pelo eco da sua sátira, na semana seguinte, continuou a zurzir o ensino universitário, enfocando, desta vez, a educação jesuítica e a supremacia dos conteúdos e dogmas religiosos, em detrimento do conhecimento racional e científico. Ouçamos o jovem anarquista que, neste ponto, comungava do ideário educativo republicano: “Os mestres, desde os bancos do liceu vieram-nos preparando com uma educaçãozinha jesuítica e fácil, com muito pouco de ciência e bastante religião. Há muito bacharel formado que nunca ouviu falar em Darwin mas é capaz de papaguear, aprendida na aula de História (!) a pataranha [sic] de Adão e Eva. É tempo de rompermos contra todo este absurdo que sobre nós pesa”<sup>10</sup>. No mesmo sentido, João Chagas carrega o tom: “As aulas de Direito na Universidade têm o quer que seja de cárcere e de sacristia. Cheiram vagamente a incenso e tudo nelas lembra cantochão, padres, tonsura” (Chagas, 1908, pp. 180-181).

O movimento académico de 1907 eclodiu, pois, numa atmosfera de contestação ao poder instituído e sobretudo aos métodos de ensino universitário, verificando-se, no dizer expressivo de Natália Correia, “o choque entre uma Academia insofrida por um ensino racional e livre e uma cátedra impermeável a esse anseio da juventude” (1962, p. 37). E a greve dos estudantes universitários de Coimbra alastrou por liceus e Escolas Superiores e Técnicas de Lisboa e Porto, pela Academia de Belas-Artes e pelo Conservatório Nacional de Música.

João Franco enviou a Coimbra Teixeira de Abreu, lente de Direito e deputado franquista, para inquirir dos acontecimentos e informar o governo. Em virtude das informações prestadas por esse emissário governamental, que atribuiu, desde logo, intenção política ao movimento da academia, a 2 de Março é decretado o encerramento da Universidade<sup>11</sup>. Em vista da exaltação dos estudantes, o presidente do Conselho manda para Coimbra forças militares informando atempadamente o soberano que se apressa a responder-lhe anuindo com os princípios da manutenção da ordem e da autoridade. Vejamos a carta do monarca, datada de sábado à noite (2 de Março):

Meu querido João,

Obrigado pela tua carta. Não posso dizer que folgo com as notícias, porque estimaria que de começo não tivesse havido nada; mas dadas as circunstâncias em que nos encontramos, acho muito bom, que a Universidade proceda por essa forma que me parece a mais correcta. Terá outras consequências? Não terá? Veremos. O que não podemos por certo é seguir outra norma, nem deixar cair o princípio da autoridade que cada vez devemos conservar bem alto. Dar-te-ei para isso toda a força de que careças e isto com o maior sangue frio e a máxima calma.

Sou absolutamente contrário, como sabes, a violências e abusos de força, mas tão contrário sou desses processos como sou partidário do emprego da força quando for necessária para manter as ideias que advogamos e tendo como temos a razão pelo nosso lado.

Segunda estarei de volta para jantar e terça aqui te espero à hora indicada.

Teu amigo verdadeiro

Quinta receberei a comissão se assim o julgares útil<sup>12</sup>.

Nesta conjuntura, João Franco, presidente do Conselho e ministro do Reino, vê na rebeldia dos estudantes a influência da propaganda republicana. O *Diário Ilustrado*, órgão oficioso do governo, dirigido então pelo deputado franquista Álvaro Pinheiro Chagas, no dia 6 de Março de 1907, declarava peremptoriamente: “Porque a verdade é que tende fundamentalmente tudo a assinalar uma origem política aos factos iniciais desta questão”.

A esta luz, João Franco escreve ao monarca insistindo em pôr o acento político sobre a rebelião universitária, incriminando explicitamente os académicos antidinásticos:

Nos últimos tempos, por meio de intensa propaganda republicana, procurava-se criar em Coimbra e na Academia o espírito de revolta. Abrira-se um Centro Republicano e logo ao começar esse ano lectivo se publicou, com as assinaturas de algumas dezenas de estudantes, um manifesto injurioso contra o Chefe de Estado. (...) Republicanos eram quase todos os agora implicados nos incidentes e processos académicos<sup>13</sup>.

A isenção do Partido Republicano, na instigação do movimento universitário, é então reivindicada por figuras gradas antidinásticas: publicistas como João Chagas, escritores e poetas como Guerra Junqueiro, lentes universitários como Ângelo da Fonseca, deputados como António José de Almeida e jornalistas como Brito Camacho. Explicitemos. O jornal *Resistência*, órgão do Partido Republicano de Coimbra, publica, no dia 3 de Março, um texto sob a epígrafe, *Responsabilidades*, assinado por F. Fernandes Costa e Ângelo da Fonseca, respectivamente presidentes da Comissão Distrital Republicana e da Comissão Municipal Republicana, onde afirmam categoricamente que o movimento académico é uma questão meramente de estudantes com professores, e que não há facto algum que autorize quem quer que seja a responsabilizar o Partido Republicano por tais acontecimentos.

Passados três dias, e como persistissem informações que inculpavam os republicanos na rebelião estudantil, Ângelo da Fonseca, lente de Medicina, dirige uma

carta aberta a Teixeira de Abreu. Extractemos um excerto desta missiva publicada no jornal Resistência no dia 7 de Março, onde vislumbramos a ironia subtil do emissor e a denúncia da vontade governamental em imiscuir os republicanos nesta questão:

Os jornais deram a notícia de que V. Ex.<sup>a</sup> havia declarado que «o movimento obedecia a intuítos republicanos». O ilustre sindicante, com algumas horas de Coimbra, conseguiu lobrigar o Partido Republicano por detrás da cortina, movendo a turma académica no seu protesto. (...) Publique V. Ex.<sup>a</sup> o nome dos seus informadores a fim de que se lhes possam exigir as responsabilidades<sup>14</sup>.

Campos Lima, que, segundo as suas próprias palavras, foi acusado de chefiar a conspiração antidinástica, desfaz qualquer ingerência dos republicanos, afirmando que o próprio empenho destes foi evitar que os acontecimentos se revestissem de cor política, abstendo-se de protestos violentos contra os poderes constituídos (Lima, 1907, pp.85-88). No mesmo sentido, Carlos Olavo, um dos académicos interveniente nesta greve, assinalará, algum tempo mais tarde, que os intuítos deste movimento “malsinado por alguns como um movimento de incitação política, não foi outra coisa senão a reacção espontânea a métodos de ensino anacrónicos que sob o influxo salutar desse movimento se modificaram depois” (1955, p.71).

Assim, parece haver da parte de João Franco todo o propósito de tirar a estas manifestações estudantis o seu carácter colectivo de contestação ao ensino ministrado e aos respectivos lentes, mas tão-só responsabilizar e denegrir os republicanos. Insere-se, a nosso ver, nesta linha de actuação, a perseguição política movida ao lente republicano Bernardino Machado, cuja filiação partidária era um filão a explorar pela demagogia franquista.

Com efeito, Bernardino Machado, num discurso proferido na sessão solene de 25 de Março do Centro Republicano Escolar de Belém, condenou as injúrias ou ofensas que houvessem sido feitas aos lentes, pondo em dúvida que elas tivessem partido de académicos. E acrescentou que nenhum universitário deveria ser expulso declarando que as portas da Universidade, a fecharem-se para algum académico, para ele se fechariam também. O Século do dia seguinte publicou um extracto deste discurso<sup>15</sup>. E, conseqüentemente, a 30 de Março, o reitor da Universidade, António dos Santos Viegas<sup>16</sup>, enviou ao lente republicano um ofício para que declarasse com urgência, se era ou não verdade ter proferido publicamente no Centro Republicano Escolar de Belém, as expressões que lhe eram atribuídas n'O Século<sup>17</sup>. No dia seguinte, Bernardino Machado responde ao reitor nestes termos:

Surpreendeu-me o ofício de V. Ex.<sup>a</sup>. Então eu preciso ainda de dar provas da minha cordialidade para com todos, grandes ou pequenos, mestres ou discípulos? E é V. Ex.<sup>a</sup> que ma põe em dúvida, V. Ex.<sup>a</sup> que, num lance crítico da sua vida universitária, quase só com a minha consideração pública se encontrou? Tenho bem o direito de lho recordar, não por mim, mas por V. Ex.<sup>a</sup>. Compreendia-se que V. Ex.<sup>a</sup>, apesar de todo o meu claro passado, levasse o zelo

da sua estima pelo meu bom-nome ao ponto de chamar a minha atenção para quaisquer palavras destoantes que algum jornal me atribuisse. Era dum colega e dum reitor. Mas intimidar-me a dar-lhe explicações por elas! V. Ex.<sup>a</sup> não pensou de certo que se dirigia ao  
De V. Ex.<sup>a</sup>  
Sempre atento e venerador<sup>18</sup>

Por sua vez, o *Diário Ilustrado* responsabilizava Bernardino Machado pela insubordinação universitária acusando-o de ter conferenciado com os estudantes de Coimbra, no momento em que rebentara a crise, e de ter lançado com o seu discurso, no Centro Republicano e Escolar de Belém, uma nova agitação no espírito dos estudantes. Bernardino Machado fez publicar nos jornais antimonárquicos uma declaração sóbria, onde se defende destas ofensas<sup>19</sup>. O *Mundo* lançou, a este propósito, uma apelativa manchete, corrosiva para o ministério de João Franco: “O Dr. Bernardino Machado recebe intimações ilegais e provocadoras da Reitoria. Sua resposta altiva e correcta. O reitor da Universidade é um beleguim servil do governo!”<sup>20</sup>.

Não erraremos muito se dissermos que havia, por parte do governo e da Universidade, a intenção de coagir indirectamente Bernardino Machado a solicitar a sua exoneração, o que, efectivamente, veio a acontecer. O *Mundo* pode assim titular a toda a largura da primeira página: “O régimen de terror. Continuam as intimações. O Sr. Dr. Bernardino Machado apresenta a sua demissão na Universidade”<sup>21</sup>. Com efeito, ao fim de 30 anos no magistério universitário, este lente de Filosofia pedia a exoneração do seu cargo, renunciando à jubilação e aos respectivos vencimentos, preferindo perder os seus honorários e dar, assim, um grande exemplo de civismo<sup>22</sup>.

Quanto aos alunos, o acórdão do tribunal académico criava um ambiente expectante. Podia haver, ou não, processos académicos. Podia haver, ou não, expulsão dos alunos. Podia haver, ou não, comutação de penas pelo poder moderador. Contudo, o governo e o Conselho de Decanos tinham decidido que a expulsão dos alunos era a única maneira de manter o princípio da autoridade.

A polícia universitária foi, pois, procurar os cabeças do motim. Todos os estudantes expulsos, à excepção de Campos Lima (anarquista), figuravam no livro de registo do Centro Republicano Académico: Ramada Curto, Carlos Olavo, Gonçalves Preto, Pinho Ferreira, Alberto Xavier e Pinto Quartim<sup>23</sup>.

Esta instauração de processos académicos procurou, a nosso ver, individualizar responsabilidades num delito colectivo. João Chagas, no seu estilo panfletário inconfundível, dirá com acertada precisão: “As manifestações de hostilidade contra os professores da Faculdade de Direito não foram praticadas por sete estudantes. Sete estudantes não constituíam manifestação. (...) É injusto tornar alguns homens responsáveis por actos que muitos praticaram sem premeditação” (Chagas, 1908, p. 155).

Não é, pois, de admirar que a expulsão dos sete estudantes, pelos “venerandos e caquéticos doutores”<sup>24</sup>, na sugestiva expressão de Brito Camacho, tivesse alar-

mado a Academia que veio a preconizar a greve. É, assim, com denodado regozijo que A Luta declara: “os estudantes no país inteiro, abandonaram as respectivas escolas, dando o mais alto e belo exemplo de que há memória em Portugal”<sup>25</sup>. Contudo, uns dias antes, num artigo de fundo, não assinado, um articulista deste diário republicano, presumivelmente Brito Camacho, havia advertido na sua lavra irónica: “A população de Coimbra mostra simpatias pela causa dos académicos. Um grupo de estudantes católicos em número de 60 mostra-se disposto a romper a greve mas a adesão desses meninos de coro não era essencial ao bom êxito do movimento. Os meninos católicos! Que Nosso Senhor os abençoe e lhes dê juízo”<sup>26</sup>. Cabe neste momento sublinhar que, segundo o depoimento de Carlos Olavo (um dos universitários processados) “A Luta foi durante todo o tempo que durou o conflito académico o seu órgão de imprensa” e que alguns desses estudantes “acompanharam fielmente Brito Camacho pela vida fora, embrenhando-se com ele nas veredas da política” (1955, p. 72).

O movimento estudantil grevista teve uma tal amplitude que o governo foi forçado a ordenar o encerramento dos seguintes estabelecimentos de ensino: Universidade de Coimbra, Escolas Politécnicas, Médica e de Farmácia de Lisboa e Porto, Curso Superior de Letras, Institutos Industriais de Lisboa e Porto e Instituto de Agronomia e Veterinária. Proibiram-se todas as reuniões de estudantes. Os reitores dos liceus tinham instruções para não deixar entrar nos edifícios ninguém à excepção dos alunos ou pessoas das famílias destes reconhecidas como tal<sup>27</sup>.

O governo só veio a decretar a reabertura da Universidade depois das férias da Páscoa, a 8 de Abril. Contudo, a Academia deliberou manter a greve enquanto os colegas expulsos não fossem amnistiados. E, efectivamente, com a excepção dos estudantes militares, de um aluno de Medicina, filho de um lente, e de alguns teólogos, pouco alunos «furaram» a greve. Registe-se que o próprio filho de João Franco, Frederico, o filho do juiz Veiga e o do então governador civil do Porto, declararam - segundo o testemunho de Pinto Quartim<sup>28</sup> - que só iriam às aulas se a maioria dos seus colegas comparecesse.

Face a este quadro de crise académica, João Franco reensaiou uma solução para lhe pôr fim. E promulgou o Decreto de 24 Maio de 1907, que, no seu artigo 1º determinava: “Os alunos das escolas de ensino superior dependentes do ministério do Reino, que não tenham perdido o ano à data de 8 de Abril último e queiram fazer exames finais sobre as matérias leccionadas, serão admitidos a encerramento de matrícula mediante o pagamento da respectiva propina”<sup>29</sup>.

Sobre os estudantes dispersos pelo país - como bem lembra Armando Marques Guedes em Páginas do meu diário - começaram a exercer-se as mais variadas e prementes pressões para que eles efectuassem a matrícula. Como resultado de tal coacção, a quase totalidade dos estudantes foi requerer a respectiva matrícula, nos sucessivos prorrogamentos de prazos<sup>30</sup>. À lavra brilhante e metafórica de João Chagas não escapou esta tática franquista, num texto significativamente intitulado A greve-maquieivalismo. Sigamos a pena deste publicista possuidor dum estilo vivo e



sintético e dum raro poder expressionista:

O decreto que mandava abrir matrículas (...) marcava o prazo de 31 de Maio. Abriu-lhes essa porta – 31 de Maio (...) mas 31 de Maio veio, passou e poucos estudantes se matricularam, isto é, poucos se utilizaram dessa porta de saída. (...). O governo raciocinou então assim: -Abramos outra vez a porta (...) e prorrogou o prazo até 2 de Junho. Mas 2 de Junho veio, passou. (...) Nesta data, apenas 678 se tinham matriculado. Reinava já o desânimo. (...) O governo, visto isto, o que fez? Abriu novamente a porta, isto é, prorrogou outra vez o prazo até 5. (...) Maquiavelismo. Disse eu. Não me exprimi bem. Maquiavel foi menos maquiavélico. (...) As prorrogações dos prazos foram um convite à deserção. O convite deu resultado. Desertaram muitos (Chagas, 1908, pp. 205-208).

Efectivamente, foram muitos, como disse João Chagas, que desertaram. Só uma centena de universitários - que ficaram conhecidos como intransigentes - não se matriculara por considerar o Decreto de 24 de Maio ofensivo dos seus brios. Armando Marques Guedes foi um deles. Com orgulho confessa: “Apenas 107 estudantes, entre os quais tive a honra de me contar, mantiveram o compromisso solene assumido por todos” (Guedes, 1957, p. 57).

Após a época dos exames, o governo amnistiou os sete estudantes expulsos e permitiu que os chamados intransigentes pudessem matricular-se condicionalmente nos anos imediatos, submetendo-se aos exames do ano anterior depois das férias de Natal. Isto só foi possível porque os académicos entregaram ao Chefe de Estado uma representação, patrocinada pelo novo reitor D. João Alarcão Osório<sup>31</sup>, com 340 assinaturas<sup>32</sup>. Por Decreto de 26 de Agosto de 1907, o governo comutou as penas dos sete estudantes expulsos que apenas vieram a sofrer castigos de censura e de repreensão<sup>33</sup>.

Chegando a este ponto da exposição, perguntamos: quais as repercussões desta greve académica sob o ponto de vista político e educacional?

No plano político, a sublevação estudantil originou o encerramento das Cortes em 12 de Abril do mesmo ano<sup>34</sup> e a crise governamental que conduziu à ditadura franquista<sup>35</sup>, que foi - como escreveu Mário Braga no Prefácio ao livro de Natália Correia, *A questão académica – “a causa directa do regicídio” e “a primeira etapa para a instauração do regime republicano em Portugal”* (1962, pp. 8-9). Já em 8 de Abril de 1912, Alfredo Pimenta publicara no jornal *República* - de que era então proprietário e director António José de Almeida - um artigo sob a forma de Carta a um amigo distante e com o título de *A greve académica em que afirmava: “o movimento académico de 1907 precipitou a ditadura”, tendo “algumas responsabilidades na proclamação da República”. E concluía poeticamente: “isto veio trazer à nossa noite, um pouco de pálido luar...”*.

E quais as consequências desta questão universitária para a modificação e melhoria dos processos de ensino universitário? Emílio Costa<sup>36</sup>, distinto articulista de *A Luta*, no editorial a que deu o título *A revolta é o progresso*, manifesta-se esperançado ao considerar que o ataque contra a velha instituição universitária seria

o prelúdio duma mudança na mentalidade portuguesa e que a revolta apressaria o que sem ela só muito tarde viria a produzir-se<sup>37</sup>.

Em resultado desta rebelião académica, a Universidade sentiu a necessidade de se actualizar, enviando os professores da Faculdade de Direito, Marnoco e Sousa e José Alberto dos Reis em missão às principais Faculdades de Direito da Europa para confronto dos seus programas e métodos de ensino com os da Universidade de Coimbra (Guedes, 1957, p. 58).

Mais céptico, João Chagas, num registo polissémico e reiterativo, lançava estas perguntas e proferia estas exclamações: “Que é feito da famosa reforma do ensino? Nunca mais se ouviu falar em tal! Em compensação, anuncia-se que este ano, na Universidade, os estudantes serão obrigados a apresentar-se rigorosamente com os trajes académicos. Nada de gravatas de cor, nada de coletes flamantes, nada de bonés fantasistas! – A capa negra, a batina negra, o gorro negro - a treva!” (Chagas, 1908, p. 318).

Com efeito, só com a implantação da República é que os estudantes veriam concretizadas algumas das reivindicações feitas no decurso da crise académica de 1907. A nova ordem apressou-se a executar algumas das aspirações dos académicos e certas promessas dos republicanos, enquanto Oposição à Monarquia Constitucional.

É constituído o Governo Provisório<sup>38</sup> o qual nomeia Manuel de Arriaga reitor da Universidade de Coimbra<sup>39</sup> que “tomou posse do cargo, a 19 de Outubro de 1910, em sessão solene, na Sala dos Capelos, perante o Claustro da Universidade e com a presença do ministro do Interior, António José de Almeida (Adão, 2004, p. 208). Sob a chancela de António José de Almeida é promulgado o Decreto de 23 de Outubro de 1910 que introduziu diversas modificações no ensino universitário: (i) instituiu os cursos livres acabando a obrigatoriedade da frequência das aulas; (ii) derogou a imposição do uso da capa e batina – que, no dizer de Eloy era “herança de um passado de ultramontanismo”, cujo “uso era deprimente, por se assemelhar ao traje jesuítico” (1938, p. 71) - ; (iii) extinguiu a Faculdade de Teologia; (iv) terminou o toque da cabra, os juramentos religiosos, as orações e o foro académico<sup>40</sup>. Ao mandar passar para as justiças ordinárias todos os casos, que, durante a Monarquia Constitucional, eram regulados pelo foro académico, pôs-se fim à vigência do Regulamento de 25 de Novembro de 1839.

A 21 de Janeiro de 1911, acabaram os exames de licenciatura e de conclusões magnas, e foi extinto o culto religioso na capela da Universidade de Coimbra, criando-se nela um Museu de Arte.

Esta tentativa de laicizar a Universidade integra-se na matriz estruturante do ideário educativo republicano. Desde há muito tempo que lentes antidinásticos vinham criticando o eufeuadamento dos actos académicos universitários na esfera religiosa. A este propósito, registemos aqui um excerto da oração de sapiência, proferida por Sidónio Pais, então professor catedrático da Faculdade de Matemática, na inauguração do ano lectivo, a 16 de Outubro de 1908. É num tom arrojado

que, em plena Sala dos Capelos, não se exime a criticar o caldeamento do espírito teológico nos diversos actos da Universidade. Vale a pena ouvi-lo:

As obrigações de carácter religioso são impostas aos alunos e professores da Universidade e é esta mistura de serviço de Deus e do serviço de Minerva, que me deixa perplexo sobre se foi a escola que se instalou sobre a Igreja ou se foi a Igreja que invadiu a escola. (...) Todas as festas académicas são conjugadas com solenidades religiosas; (...) na aula, subsiste o púlpito; no exame, a oração; nos graus, a bênção e a missa. Obrigam-se os estudantes ao juramento religioso na sua primeira matrícula; os professores todos os anos, neste dia. Antes do exame, o aluno reza uma oração latina, em que invoca o auxílio da divindade. O grau de bacharel é imposto em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. O grau de licenciado é conferido na capela e o de doutor é precedido de missa e tem um cerimonial que é um verdadeiro rito<sup>41</sup>.

Passados dois anos após esta alocução de Sidónio Pais, o regime republicano aboliu na Universidade todos os ritos religiosos, ao ponto de Joaquim Ferreira Gomes poder afirmar que a Universidade de Coimbra, “de uma instituição marcadamente eclesiástica” se transformou “em uma instituição laica” (1987, p. 26).

## 2. A greve académica nos debates parlamentares

Próximo das 3h da tarde [do dia 3 de Março] despontou na estação da Estrela uma enorme multidão que se dirigia ao Parlamento. Eram os estudantes de Coimbra, acompanhados por incalculável número de colegas da capital. Seguiu-os muito povo... iam na melhor ordem e silenciosos. (...) Na Sala dos Passos Perdidos entraram, porém, apenas uns vinte estudantes. (...) O aluno do 5º ano jurídico, António Granjo, leu então a representação<sup>42</sup>.

Foi num registo descritivo e visual que o cronista parlamentar de A Luta se reportou à chegada ordeira dos académicos de Coimbra ao Parlamento, no despontar da Primavera do ano de 1907.

A vinda a Lisboa para entregar ao Governo e ao Parlamento uma representação fundamentada das suas reivindicações fora decidida, no dia 1 de Março, em assembleia geral da Academia de Coimbra, que, no dizer de António Pires da Rocha “resolveu ir em peso a Lisboa”<sup>43</sup>. Foi escolhida uma comissão, presidida pelo quintanista António Granjo, e composta por Alberto da Cunha Dias, Henrique Trindade Coelho, João de Bianchi, Ramada Curto, Carlos Olavo, Sant’Iago Prezado, Aquiles Gonçalves e Isidro Aranha.

Na representação, os estudantes pediam, em síntese, a repetição dos actos de Doutoramento de José Eugénio; a criação da Faculdade de Direito noutras cidades, designadamente em Lisboa e Porto; a instauração de cursos livres; a presidência por um estranho ao corpo docente dos júris de exames; a abolição da batina eclesiástica, como traje académico; e a extinção do foro académico.

Em S. Bento, a comissão foi recebida por Malheiro Reimão, ministro das Obras Públicas que, em nome do Governo, se recusou a negociar com os académicos. Declarou que não atenderia em coisa alguma às suas reclamações e que só depois de eles regressarem à normalidade dos estudos e demonstrarem que respeitavam e acatavam os lentes, o Governo resolveria o que fosse oportuno e conveniente. Alberto Xavier, que, no seu dizer expressivo, foi “vítima da sanha governamental e do Conselho de Decanos” escreverá, algum tempo mais tarde, que “os estudantes ficaram com uma impressão desagradável deste contacto com aquele ministro – que dera uma prova excelente de ter sabido reproduzir com fidelidade o recado que lhe ensinara o chefe do Governo” (1963, p. 93).

No Parlamento, os universitários exprimiram o desejo de serem recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados que aquiesceu em aparecer na Sala dos Passos Perdidos. A contrastar com a fria recepção de Malheiro Reimão, o então presidente da Câmara, Tomás Pizarro de Mello Sampaio, recebeu-os cordialmente. Depois de ouvir ler a representação por António Granjo, informou que daria conhecimento ao Governo do conteúdo da mesma e que mandaria lê-la na Câmara.

Destacados parlamentares da Oposição acolheram os académicos com simpatia e afabilidade. António José de Almeida louva a coesão solidária e os intuítos pedagógico-reformistas do movimento académico:

A Academia de Coimbra acaba de dar provas de uma solidariedade que é rara e de um espírito de justiça que não é vulgar. Vindo a Lisboa reclamar perante os poderes constituídos, mal se lembra de si e do seu futuro, para somente pedir que se reformem os estudos e se varra da Universidade esse velho espírito inquisitorial, que ainda se abriga na solidão dos seus claustros<sup>44</sup>.

Para além do deputado republicano, também o líder da minoria regeneradora, o Conde de Paçô-Vieira, pede esclarecimentos ao presidente do Conselho sobre os acontecimentos de Coimbra<sup>45</sup>. João Franco justifica a intervenção da força militar devido aos distúrbios causados pelos académicos, nomeadamente o apedrejamento das casas de dois lentes. E informa a Câmara da suspensão das aulas na Faculdade de Direito decidida pelo reitor. Advoga o respeito pela Universidade e pela manutenção da ordem pública, entendendo que se deve proceder com ponderação e tolerância mas também com firmeza<sup>46</sup>.

Na sessão do dia seguinte, o Conde de Paçô-Vieira solicita de novo informações ao Governo sobre a questão universitária dizendo que se reservava o direito de lhe pedir responsabilidades dos actos que praticasse se eles não fossem o que as circunstâncias reclamavam<sup>47</sup>. Nesta mesma sessão, o deputado republicano Afonso Costa faz um requerimento, com nota de urgente, pedindo a notificação dos actos e conclusões magnas, feitos desde 1840, com os respectivos resultados favoráveis ou desfavoráveis. O orador republicano considera este assunto melindroso pois contende com a situação moral de muitos indivíduos e pede ao ministro do Reino que dê conta à Câmara do que tenciona fazer para resolver esta rebelião estu-

dantil<sup>48</sup>. Nessa sessão, devido à ausência de João Franco, foi o ministro das Obras Públicas, Malheiro Reimão que aludiu à postura tumultuosa de alguns estudantes, à falta de respeito e às ameaças físicas a alguns lentes. Reiterou que era intenção do Governo manter a ordem pública e as tradições da Universidade<sup>49</sup>. No dia seguinte, o deputado Oliveira Matos<sup>50</sup>, eleito pelo círculo de Coimbra, reclamou o restabelecimento da normalidade já que o encerramento da Universidade prejudicava não só os trabalhos escolares como a economia da cidade afectada pela ausência de estudantes. Malheiro Reimão reforçou a ideia de que era necessário fazer justiça e punir os responsáveis<sup>51</sup>.

Na sessão seguinte, António José de Almeida assinou com o deputado dissidente, João Pinto dos Santos, um pedido de urgência para esta questão universitária, a fim de que se generalizasse a sua discussão. Contudo, o assunto não foi considerado urgente<sup>52</sup>. Face a esta deliberação, os estudantes, apinhados nas galerias, retiraram-se quando a Câmara negou a palavra a António José Almeida que a pedira para tratar deste conflito académico. O cronista parlamentar de *A Luta*, atento à movimentação estudantil, informava, assim, os leitores: “Perto das 4h, veio cá fora ao vestíbulo, o Sr. Dr. António José de Almeida dizer que os deputados republicanos tomariam a peito a defesa dos estudantes e que hoje interperaria o governo a tal respeito, convidando três estudantes para comparecerem em sua casa, a fim de acordarem nos meios dessa defesa”<sup>53</sup>.

E, na verdade, o deputado republicano não desistiu de sustentar os académicos. No dia seguinte, dedica a este movimento estudantil um brilhante discurso<sup>54</sup>. Um olhar mais direccionado para a arquitectura textual desta sua alocução permite-nos detectar, sob o ponto de vista discursivo, um enunciado metafórico, polissémico e conotativo. Ao nível do conteúdo, podemos delinear, na sua longa intervenção, dois eixos semânticos: um, que acentua a vertente crítica e outro, que se situa no plano do desejo e da expectativa. No que respeita à primeira linha semântica, o orador critica o Governo pela orientação desastrada como conduziu os acontecimentos e pela perseguição política que o moveu. Condena o modo de actuação do ministério, cujos modelos foi buscar aos “coios jesuíticos” na medida em que “ora é violento às escâncaras, ora o é hipocritamente<sup>55</sup> e age com os estudantes “como se estivera lidando com salteadores”<sup>56</sup>. O ministro das Obras Públicas - que, em nome do Governo, tem falado no Parlamento sobre esta crise universitária - merece a António José de Almeida uma acerada crítica. Considera-o um espírito reaccionário e de uma cultura superficial capaz, por isso, de “falar como um polícia de giro que tivesse sido educado num colégio de jesuítas”<sup>57</sup>. E mimoseia-o com epítetos como “despótico” e “vingativo”, inapto para compreender as motivações da mocidade académica.

O ensino universitário é igualmente escarpelado pelo deputado republicano que não se coíbe de o qualificar “como coisa grotesca embrulhada nas sebatas, como as mezinhas, e propinada cavilosamente como um tóxico”<sup>58</sup>. O foro académico é adjetivado de “repugnante” e considerado como “vergonha da civiliza-

ção”<sup>59</sup>.

Nesta linha de pensamento crítico, António José de Almeida ataca os lentes e a tensão relacional entre estes e os seus discípulos, o que inviabilizava, na sua perspectiva, uma boa relação pedagógica. O orador fala mesmo de um mal-estar na Universidade e aponta como causa “a falta de cordialidade entre mestres e alunos”, e “o espírito autoritário que reina ainda na Faculdade, que isola o catedrático sobre a sua cátedra, como se ele fora um ídolo, e repele para o largo a academia, como se ela fosse uma canalha”<sup>60</sup>. Para corroborar esta sua afirmação, lembra à Câmara a atitude atroz que tomaram, nos últimos três anos, após reprovação, dois estudantes: um, suicidando-se, depois de ter agredido o professor de Direito, Guilherme Moreira; e o outro vitimando o seu mestre, Sousa Refoios.

O outro eixo nuclear de abordagem deste discurso de António José de Almeida centra-se, a nosso ver, no desejo de que o conflito académico acabe de forma harmoniosa para professores e alunos e que não haja nenhum castigo nem nenhuma perseguição. Nutre a esperança de que se façam as reformas de ensino e que “os lentes, despindo-se das enfatuadas veneras da sua posição”, sigam “um rumo mais democrático e mais cordial”. Deste modo, “lucrarão o ensino, a disciplina e esse espírito de afectuosidade que deve sempre existir entre os homens”<sup>61</sup>.

Antes de concluir o seu discurso, o deputado faz uma declaração dizendo que o Partido Republicano tem sido inteiramente alheio a este movimento universitário. E adverte que, caso se movam hostilidades contra alguns estudantes, o Directório do seu Partido intervirá. De forma clara e franca, assevera perante a Câmara: “E eu, pelo que pessoalmente me diz respeito, gastarei o melhor da minha iniciativa e queimarei o melhor da minha vida para protestar em comícios, pelo país além, contra o atentado monstruoso, se ele chegar a realizar-se”<sup>62</sup>.

A intervenção parlamentar deste deputado republicano mostra-nos um tribuno inflamado que maneja o léxico de uma forma criativa, recorrendo, amiúde, a figuras de retórica e tornando o seu discurso um objecto estético e polissémico, tal a profusão de conotações e de metáforas que abundam no seu enunciado discursivo. A título exemplificativo vejamos, entre outras, a seguinte passagem: “O incêndio tem chamas muito altas para se poder apagar com baforadas da petulância franquista”<sup>63</sup>. Nesta frase curta, o autor recorre a palavras do campo semântico de fogo (“chamas”, “incêndio”, “apagar”, “baforadas”) e à metáfora do incêndio para hiperbolizar o conflito académico e acentuar a agressividade do franquismo incapaz de serenar a academia.

É, efectivamente, um orador que sabe montar bem uma estratégia de valorização do seu ideário político, ele que, em 1907, era o secretário do Directório do Partido Republicano. Para enaltecer a propaganda antidinástica, nomeadamente a abertura de centros e de escolas, recorre à imagem frutificante da Primavera, capaz de gerar um ciclo e um homem novos. E, para caracterizar o elenco governativo, utiliza uma personificação carregada de adjectivos de carga semântica depreciativa, evidenciando o contraste do espírito republicano com o gabinete de João Franco.

Atente-se, pois, no seguinte segmento textual:

Nesta hora alta, em que por toda a parte se abrem centros e escolas, em que se faz uma propaganda activa em que todo um espírito novo ressalta dos homens, borbulhando como uma seiva de Primavera fecundante, seria um crime abominável permitir que as mãos ineptas, violentas e bárbaras do Governo fossem deformar a alma da mocidade, que é para nós a garantia suprema da Pátria de amanhã<sup>64</sup>.

Mais exemplos poderíamos convocar aqui para ilustrar como António José de Almeida incute ao seu discurso - indubitavelmente político e representativo da oposição republicana - marcas de literariedade que tornam as suas intervenções parlamentares peças literárias e que, sob o ponto de vista estético, terão sido, certamente, do agrado do auditório da época, continuando a deleitar-nos a nós, leitores, do século XXI.

Após o conhecimento das conclusões do acórdão do Conselho de Decanos - anunciadas no Diário do Governo de 4 de Abril de 1907 - a questão universitária volta a ser tema de debate no Parlamento. O deputado republicano, João de Meneses, requer, na sessão de 4 de Abril, cópia dos processos que correram contra os estudantes na Universidade de Coimbra: Carlos Olavo, Ramada Curto, Campos Lima, Pinho Ferreira, Alberto Xavier, Pinto Quartim e Gonçalves Preto. Por seu turno, António José de Almeida fez, no dia seguinte, uma interpelação ao ministro do Reino sobre esta mesma questão. Revela-se, de novo, um orador virulento com um discurso polémico fundado na ofensiva. Nesta ordem de ideias, a sua alocução assenta em duas linhas estruturantes: a expulsão de sete estudantes (seis dos quais republicanos) e o processo instaurado contra Bernardino Machado. Neste sentido, combate denodadamente: (i) o foro académico (“instrumento de rancor que tem mais de cem anos”<sup>65</sup>, sendo uma “velha lei bolorenta de 1839”<sup>66</sup>); (ii) o Conselho de Decanos e as suas conclusões (“deixar uma arma destas [foro académico] nas mãos violentas e implacáveis do Conselho de Decanos é um crime que toda a opinião pública há-de punir severamente”<sup>67</sup>); (iii) a interferência de João Franco em toda esta questão instigando o Conselho de Decanos a um excessivo rigor e enviando ao reitor o discurso de Bernardino Machado, que fora publicado no jornal *O Século*; (iv) a Universidade (“a velha Universidade está fossilizada. É uma ostra agarrada ao seu rochedo secular”<sup>68</sup>); (v) os lentes (“só os lentes, em sua própria opinião, são sábios e talentosos, e bons e honrados; o mais é cisco, é canalha que se deve correr a chicote, trazendo-a à distância, como um bando de escravos”<sup>69</sup>).

A par destas críticas, António José de Almeida elogia Bernardino Machado recorrendo a uma adjectivação com especificidade positiva: “um educador e um propagandista da humana fraternidade; o seu cérebro é forte, a sua alma é límpida e o seu coração é terno”<sup>70</sup>. O encómio a este lente republicano é reforçado pela carga semântica desvalorativa atribuída aos seus pares: “Naquele charco universitário, ele [Bernardino], que é um homem, tem, em volta de si, a coaxar, todas as rãs”<sup>71</sup>.

Como se depreende pelo exposto, sobressai, nesta alocução, um vocabulário de

ataque e de confronto. O deputado republicano habituado – como escreve Brito Camacho - “às lutas violentas da política, onde se discutem as ideias e se atacam os homens”, tem uma linguagem “áspera, rude, quase selvática como uma força da natureza”<sup>72</sup>.

Paralelamente à linha isotópica de combate, António José de Almeida enxameia a sua interpelação com marcas de oralidade e com apelos desafiantes e frontais a João Franco, desfazendo qualquer responsabilidade do Partido Republicano na greve académica:

O Partido Regenerador-Liberal vem dizendo que a greve académica foi promovida e incitada pelos republicanos! As provas? Venham as provas.

É preciso, para honra de nós todos, que este assunto seja esclarecido de vez. Desafio o Sr. Presidente do Conselho a que produza as provas das desvairadas afirmações dos seus sequazes. Na resposta ao meu discurso de hoje, o Sr. Presidente do Conselho tem de ser categórico sobre este ponto melindroso. Vamos, Sr. João Franco. Aí fica o desafio<sup>73</sup>.

No segmento textual transcrito está patente o registo coloquial (“As provas? Venham as provas. Vamos, Sr. João Franco. Aí fica o desafio”) se bem que o afloramento das marcas da oralidade seja visível em toda esta alocução (“Vá, Sr. João Franco. Seja um homem despido de preconceitos uma vez na vida”<sup>74</sup>). Esta proeminência do coloquial mostra-nos um orador capaz de manusear registos discursivos diversos o que torna o seu discurso mais apelativo e com uma maior empacte no hemiciclo.

A evocação do oral e o registo discursivo de ataque vislumbram-se na outra intervenção que António José de Almeida dedica a este conflito universitário, no dia 9 de Abril. Nela, o deputado decalca as linhas do texto anterior reforçando a carga inquisitorial atribuída ao foro académico e ao acórdão do Conselho de Decanos. Na sua opinião, a Universidade não quis fazer o julgamento em sessão pública, de tal modo que “o Conselho de Decanos (...) habituado a um trabalho de sapa, preferiu a treva para levar a cabo o seu crime”. E isto porque “se lá não trabalham já o potro e a fogueira, não é porque falem juizes para as alçadas e executores para o sacrifício”<sup>75</sup>.

Nesta alocução – que é uma resposta ao discurso de João Franco que baseou a sua argumentação na justificação das medidas governamentais e na defesa do Conselho de Decanos - António José de Almeida insiste na perseguição política movida a Bernardino Machado, por ele ser um caudilho republicano. E contesta os argumentos do chefe do Governo quando este sustentou, na sessão do dia 8 de Abril de 1907, que o Partido Republicano tinha tido neste movimento estudantil a responsabilidade remota da sua propaganda. E para demonstrar esta tese, João Franco aduziu os seguintes argumentos: os académicos de Coimbra andaram em comícios falando ao lado dos oradores republicanos; os estudantes republicanos publicaram, em Dezembro de 1906, um manifesto violento contra o monarca; foi



fundado recentemente em Coimbra um Centro Republicano Académico<sup>76</sup>; os universitários implicados nos processos académicos são republicanos; e o movimento grevista deu-se a pretexto da reprovação de um candidato republicano<sup>77</sup>. A todos estes argumentos, António José de Almeida contrapõe outros. Ressalva que, na rebelião estudantil, entraram estudantes de todas as cores políticas e que a origem da greve académica foi uma questão meramente escolar. E enfatiza o vigor da propaganda antidinástica com denodado orgulho: “O nosso verbo espalha-se por toda a parte e a nossa propaganda, como uma onda vitoriosa, alastra sobre a terra. Ela invade as almas boas, que têm sensibilidade para a receber, e toca os corações patriotas, que têm emoção para a sentir”<sup>78</sup>.

Como se depreende pelo exposto, António José de Almeida foi o deputado que, na Câmara dos Deputados, mais se insurgiu contra a expulsão dos estudantes e contra o processo instaurado a Bernardino Machado. E, por isso, não se eximiu a fustigar João Franco, em plena tribuna parlamentar, apodando-o de “intriguista político que tudo baralha e confunde para satisfação dos seus planos governativos e das suas represálias políticas”<sup>79</sup>. Porém, a este tom ofensivo, o chefe do Governo opta por um registo discursivo mais comedido (“o Sr. António José de Almeida, a quem considero muito porque, conquanto meu adversário intransigente, é adversário que respeito e, seja qual for a energia com que o combata, eu desejo que tenha sempre por mim aquela estima e respeito que devem ter os homens que dentro das suas ideias defendam os seus princípios e defendam sobretudo os interesses do país”<sup>80</sup>). A nosso ver, estes e outros traços lexicais são reveladores de duas imagens que estes políticos querem construir e veicular: o deputado republicano faz um discurso de combate, tirando certamente dividendos como Oposição. Por seu turno, João Franco ensaia uma postura conciliadora de estadista, mostrando estar mais preocupado com os interesses do país do que em atacar adversários políticos.

É evidente que estamos em presença de representações de imagem, previamente orquestradas. Sabemos como a prática política de João Franco não se compatibilizou com uma enunciação discursiva harmonizadora e dialogante, como ele bem gostava de sublinhar (“antes de continuar na resposta ao ilustre Deputado o Sr. António José de Almeida (...) quero satisfazer a natural e justa curiosidade do Sr. Conde de Paçô-Vieira, ilustre membro desta Câmara”<sup>81</sup>), pois não hesitou em encerrar a sessão legislativa, decorridos três dias após esta sua intervenção. A 10 de Maio são dissolvidas as Cortes sem ser fixada a data para novas eleições, o que significava a instauração da ditadura.

Por parte da Oposição antimonárquica, coube a António José de Almeida a interpelação que desafiava o ministro do Reino a provar que o Partido Republicano tivesse sido o mentor da questão académica, não podendo neutralizar a carga ideológica do seu discurso. Muito pelo contrário. É, aliás, um orador que, ao conhecer magistralmente os argumentos do Governo, faz do presidente do Conselho um ponto nodal da sua acusação nos discursos parlamentares que dedicou à rebelião

estudantil.

A vivacidade da sua eloquência e os seus dotes tribunícios eram reconhecidos pelos seus contemporâneos. Registemos a este propósito as palavras de Alberto Xavier, um dos grevistas de 1907:

A oratória de António José de Almeida assinalava-se por aspectos particularmente atraentes e dominadores. A natureza do doara com qualidades múltiplas para o exercício do género e para a adequada forma de exteriorização dessa espécie de talento: figura física simpática, gestos expressivos, a espontaneidade, a sinceridade, a facilidade na expressão do verbo, duma fluência ininterrupta, vibrátil, e, acima de tudo, o timbre da voz, de sonoridades metálicas, que prendia e encantava – um orador, em suma, empolgante (1963, p. 175).

Vejamos também o contributo de outros deputados republicanos nesta questão académica. Afonso Costa solicita ao Governo que não tome resoluções precipitadas para evitar que se repitam os factos ocorridos em 1892, em que ele, juntamente com outros estudantes, perdeu o ano<sup>82</sup>. Na sessão parlamentar de 5 de Março, requer que continue a discussão do assunto, com prejuízo da ordem do dia<sup>83</sup> dizendo que só há vantagens para os lentes e para os estudantes discutir questões desta natureza. Contudo, Afonso Costa falta a todas as sessões das Cortes desde 2 de Abril de 1907 não satisfazendo o pedido de Bernardino Machado que lhe solicitara a sua presença na Câmara quando João Franco falasse no seu caso. A curta missiva do lente republicano explicita bem o seu pedido:

Meu querido Am. [sic]

Não só pela nossa solidariedade política e partidária, mas em nome da nossa amizade, peço-lhe que não falte hoje à Câmara e replique ao presidente do Conselho (Marques, 1982, p. 273).

Com a ausência de Afonso Costa, foi António José de Almeida que replicou aos argumentos de João Franco e defendeu Bernardino Machado.

Por seu turno, o deputado republicano Alexandre Braga apresenta, sobre esta questão universitária, um Aviso prévio, com o objectivo de interrogar o ministro do Reino sobre a greve das escolas, bem como sobre os acontecimentos que a originaram<sup>84</sup>.

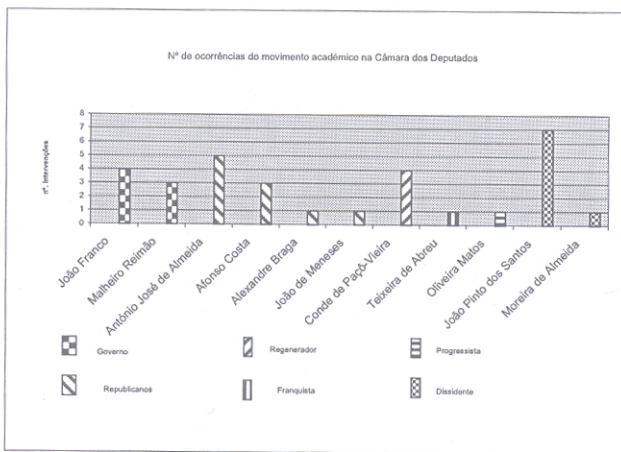
No mesmo sentido, João Pinto dos Santos volta a requerer que a discussão sobre o movimento estudantil se generalize. Criticou o Governo por suspender as aulas. E fez a apologia de uma educação científica, prática e profissional, como meio de contribuir para a prosperidade do país, considerando imprescindível a extinção do foro académico “que não é mais nem menos do que o foro implantado pelos jesuítas”<sup>85</sup>.

Como o requerimento apresentado por João Pinto dos Santos foi rejeitado pela maioria e o presidente da Câmara passou à ordem do dia, levantou-se grande

passam por cima de mim. Isto é uma burla para o país. Não são capazes de fazer sessão”<sup>86</sup>. E Alexandre Braga declara peremptoriamente: “Isto há-de ser sério, ou não há Parlamento”<sup>87</sup>. Estas palavras originaram o levantamento da sessão às 16h 35 e foram o fecho daquele acidentado período legislativo.

No dia seguinte, o presidente da Câmara leu um ofício do ministro do Reino participando o encerramento das Cortes. Face a esta decisão, *O Mundo* pode noticiar com aparato: “O governo continua intransigente na sua irresolução. Nega ao Parlamento quaisquer indicações sobre os acontecimentos gravíssimos que se estão passando em Coimbra. Tumulto e encerramento das cortes”. E fazia manchete com as seguintes palavras de ordem: “Abaixo o governo, o desordeiro, o criminoso”<sup>88</sup>.

Ao chegarmos a esta fase da exposição, poderemos concluir que a rebelião estudantil suscitou diversas intervenções parlamentares das diferentes facções do tablado político do tempo. Vejamos no gráfico que segue o número de ocorrências que o movimento académico em análise despoletou na Câmara dos Deputados:



A análise do gráfico permite-nos concluir que os quatro representantes do Partido Republicano intervieram nesta questão académica. Da parte do Governo e da maioria, coube ao presidente do Conselho, ao ministro Malheiro Reimão e ao deputado franquista, Teixeira de Abreu, a sustentação dos actos governamentais, do foro académico e do acórdão do Conselho de Decanos. Do Partido Regenerador distinguiu-se o Conde de Paçô-Vieira e da parte da Dissidência Progressista, Moreira de Almeida e João Pinto dos Santos. Este deputado totalizou o maior número de referências a esta questão, contudo, são, na sua grande maioria, requerimentos para que a discussão sobre este movimento académico se generalize. António José de Almeida foi, indubitavelmente, o deputado que, em longas intervenções, mais se destacou na defesa dos estudantes, no ataque às medidas de João Franco e na

se destacou na defesa dos estudantes, no ataque às medidas de João Franco e na investida às conclusões do Conselho de Decanos. O Partido Progressista, pela voz de Oliveira Matos, eleito pelo círculo de Coimbra, teve uma participação muito pontual e ditada essencialmente, por razões de interesses da economia desta cidade, afectada pela ausência dos estudantes. De facto, o foro académico impedia que os estudantes expulsos pudessem permanecer em Coimbra. Campos Lima regista este facto com sagaz acrimónia:

O foro académico dá pois daquilo. Expulso da Universidade, um estudante fica sujeito a ser assim enxovalhado pela manáplula indecorosa dos bufos, se pretende praticar este grande crime: entrar na cidade de Coimbra; (...) a sua permanência na cidade reputa-se tão perigosa como a peste e todos os seus direitos de cidadão livre e honrado se anulam perante o receio dos lentes (1907, pp. 155 156).

Os pedidos dos deputados da Oposição para que o Governo resolvesse com serenidade e sensatez o conflito universitário não foram acatados por João Franco que “não era homem para atenuar a importância ou a gravidade das questões”, no sentido “duma solução adequada e justa”, mas para complicar “todos os problemas”, como o que “sucedeu com a questão académica” (Alberto Xavier, 1963, p. 357).

Em suma: a greve estudantil de 1907 acabou por ser enquadrada na série de factos que prepararam a queda da Monarquia e a implantação da República.<sup>89</sup>

#### Notas

<sup>a</sup> A autora agradece à Professora Áurea Adão a sugestão do tema, as indicações bibliográficas e a revisão do texto.

<sup>1</sup> A propósito de José Eugénio, Alberto Xavier entrevistado, pelo Diário de Lisboa, na véspera de aparecer nas livrarias uma obra da sua autoria – Historia da greve académica de 1907 - disse que a sua geração coimbrã desconhecia a existência daquele estudante e que ele, por exemplo, só o tinha visto, pela primeira vez, no dia das provas de doutoramento. Esta afirmação originou uma carta de Carlos Eugénio, filho de José Eugénio, já falecido, sobre a figura de seu pai – publicada no Diário de Lisboa no dia 12 de Fevereiro do mesmo mês - dizendo que a citada passagem daquela entrevista revelava o propósito de diminuir a personalidade do candidato reprovado e de reduzir a influência da sua reprovação no protesto de Coimbra. A 19 de Fevereiro de 1963, Alberto Xavier responde à carta de Carlos Eugénio reafirmando que não pretendia diminuir a figura de José Eugénio mas que tão-só se limitou a estabelecer a verdade histórica.

<sup>2</sup> “Manifesto dos estudantes republicanos ao país, de 4 de Dezembro de 1906”. In Montalvor (1932), vol. II, p. 296. O Manifesto foi redigido pelos estudantes de Direito, António Granjo, Carlos Olavo e Ramada Curto que vieram a ter um papel de relevo na questão académica de 1907.

<sup>3</sup> Idem, p. 296.

<sup>4</sup> Idem, p. 296.

<sup>5</sup> “A greve académica de Coimbra em 1907. Uma página de história da Academia”, Ver e Crer, Lisboa, n.º 45, Janeiro de 1949, p. 3.

<sup>6</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 461, 11 de Abril de 1907.

<sup>7</sup> Veja-se como Teófilo Braga no seu livro História da Universidade de Coimbra recorda a intransigência do reitor quanto ao rigor do traje académico: “A sua severidade [reitor Basílio] não se exerceu nas disciplinas científicas, mas nos símbolos externos; era implacável contra o estudante que em vez de volta clerical trouxesse colarinho; se a meia preta não subisse acima do joelho havia o risco de ser preso pelos verdeais; era perigoso estar fora de casa depois das Tristes ou do Toque da Cabra” (tomo IV, 1902, p. 87)

<sup>8</sup> Também na ficção queirosiana, encontramos diversos trechos alusivos à Universidade de Coimbra. Ver O

- primo Bazílio, s/d, pp. 328-329; Relíquia, s/d, p. 31; A ilustre casa de Ramires, s/d, p. 12 e Os Maias, s/d, pp. 89-93. Para aprofundar esta temática, ver Carlos Reis (1991), pp. 439-453.
- <sup>9</sup> Verdade, Coimbra, ano I, n.º 1, de 17 de Outubro de 1903.
- <sup>10</sup> Idem, ano I, n.º 2, de 24 de Outubro de 1903.
- <sup>11</sup> Ver Diário do Governo, Lisboa, n.º 51, 5 de Março de 1907, pp. 665-666).
- <sup>12</sup> Cartas D'el-rei D. Carlos I e João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho, 1924, p.82.
- <sup>13</sup> Idem, pp. 88-89.
- <sup>14</sup> Resistência, Coimbra, 7 de Março de 1907.
- <sup>15</sup> O Século, Lisboa, ano XXXVII, n.º 9 071, 26 de Março de 1907.
- <sup>16</sup> Alberto Xavier, no seu livro História da greve académica de 1907, acerca do então reitor escreveu: "Esse Dr. António dos Santos Viegas, na época de plenitude das suas capacidades, desfrutava um ambiente de consideração e gozava de certa influência no meio social de Coimbra do seu tempo. Mas em 1907 já se encontrava manifestamente na fase de decadência. Só assim se compreende e justifica que não pedisse a demissão de reitor, de modo decidido, quando João Franco lhe exigiu que mandasse instaurar os processos contra certos estudantes e quando se viu na incumbência governamental de esboçar uma acção disciplinar contra Bernardino Machado (1963, p. 141).
- <sup>17</sup> O ofício vem transcrito em A Luta, Lisboa, ano II, n.º 451, 1 de Abril de 1907.
- <sup>18</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 452, 2 de Abril de 1907.
- <sup>19</sup> Ver O Mundo, Lisboa, ano VII, n.º 2356, 5 de Abril de 1907.
- <sup>20</sup> Idem, n.º 2356, 5 de Abril de 1907.
- <sup>21</sup> Idem, n.º 2368, 17 de Abril de 1907.
- <sup>22</sup> Ver Fernandes, Rogério (1985). Bernardino Machado e os problemas da instrução pública. Lisboa: Livros Horizonte.
- <sup>23</sup> Foram absolvidos Adelino Furtado, Júlio Dias da Costa, Adriano de Sousa e Melo, Ernesto Carneiro Franco, Vasco Correia da Rocha, Manuel Gregório Pestana Júnior, Francisco António do Vale, Afonso Henriques Duarte de Vasconcelos, Ernani Rebelo Peixoto de Magalhães e Fernando de Reboredo ("A greve académica de Coimbra em 1907. Uma página de história da Academia", Ver e Crer, Lisboa, n.º 45, Janeiro de 1949, p.5).
- <sup>24</sup> Atente-se no tom contundente de um excerto do editorial de A Luta acerca da deliberação do Conselho de Decanos: "a debilidade mental do Conselho de Decanos serviu ao governo admiravelmente os propósitos ferinos e de afirmação do grande princípio liberal de que os alunos e professores não podem ser republicanos, sem risco de cortarem as suas carreiras ou perderem os seus lugares ("A Universidade", A Luta, Lisboa, ano II, n.º 456, 7 de Abril de 1907).
- <sup>25</sup> "O balanço", idem, ano II, n.º 461, 11 de Abril de 1907.
- <sup>26</sup> "Os acontecimentos de Coimbra", idem, ano II, n.º 454, 4 de Abril de 1907. Leia-se a brilhante página que João Chagas dedicou ao aluno Girão, quartanista de Direito que persistiu em frequentar as aulas na Universidade, depois de declarada a greve dos estudantes (Chagas, 1908, pp. 147-150).
- <sup>27</sup> A fazer fé na imprensa republicana houve liceus em Lisboa e Porto que aderiram à greve. A Luta informava que no dia 4 de Abril tinha havido greve parcial nos liceus de S. Domingos e do Carmo e que no Porto os alunos dos dois liceus tinham também declarado greve (A Luta, Lisboa, ano II, n.º 453, 5 de Abril de 1907). A primeira página do jornal O Mundo do dia 12 de Abril mostra imagens da polícia e de estudantes no Liceu do Carmo.
- <sup>28</sup> "A greve académica de Coimbra em 1907. Uma página de história da Academia", Ver e Crer, Lisboa, n.º 45, Janeiro de 1949, p. 5.
- <sup>29</sup> Diário do Governo, Lisboa, n.º 116, 25 de Maio de 1907, p. 1537.
- <sup>30</sup> Para uma melhor percepção do quadro traçado destes acontecimentos, ver Guedes, 1957, pp. 54-59.
- <sup>31</sup> Em Abril de 1907, o reitor da Universidade, António Santos Viegas, pedira a demissão do cargo, tendo sido substituído por João Alarcão Osório, político escolhido por João Franco para solucionar a questão entre a Academia e o governo.
- <sup>32</sup> Nessa representação, os estudantes, movidos por vivo sentimento de fraternidade escolar, pediam uma amnistia geral e o indulto para os sete dos seus camaradas afastados das lides escolares. E neste sentido afirmavam no texto entregue ao Chefe de Estado: "Com eles estão o nosso espírito e a nossa simpatia, derivada do laço íntimo que prende sempre os membros de uma mesma colectividade. Vê-los restituídos

- à vida académica constitui presentemente todo o nosso empenho e a expressão sincera dos nossos sentimentos de camaradagem” (“A greve académica de Coimbra em 1907. Uma página de história da Academia”, Ver e Crer, Lisboa, n.º 45, Janeiro de 1949, p. 9).
- <sup>33</sup> Diário do Governo n.º 190, 27 de Agosto de 1907, p. 2713. Campos Lima, Ramada Curto e Carlos Olavo viram a sua pena comutada na de repreensão. A pena de Gonçalves Preto, Pinho Ferreira, Alberto Xavier e Pinto Quartim foi comutada na de censura (Diário do Governo, Lisboa, n.º 190, 27 de Agosto de 1907, p. 2714).
- <sup>34</sup> Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 58, de 11 de Abril de 1907, p. 1.
- <sup>35</sup> “João Franco afronta toda a classe política do seu tempo, desalojando autarquias, encerrando a Universidade de Coimbra, subalternizando Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro e prometendo aos republicanos uma perseguição tenaz e sem quartel” (Amadeu Carvalho Homem, 1990, p. 11).
- <sup>36</sup> Para além de A Luta, Emílio Costa colaborou em diversos jornais republicanos como A Rua, Vanguarda, Alma Nacional, O Intransigente e outros. Ver Ventura (1991). Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974 e Ventura (1994). Entre a república e a acracia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914).
- <sup>37</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 457, 8 de Abril de 1907.
- <sup>38</sup> Esteve em funções desde 5 de Outubro de 1910 a 3 de Setembro de 1911. Era a seguinte a sua composição: Teófilo Braga, presidente; António José de Almeida, ministro do Interior; Afonso Costa, ministro da Justiça; António Xavier Correia Barreto, ministro da Guerra; Azevedo Gomes, ministro da Marinha; Bernardino Machado, ministro dos Estrangeiros; António Luís Gomes, ministro das Obras Públicas; e Basílio Teles, ministro da Fazenda (que não chegou a tomar posse e foi substituído por José Relvas em 12 de Outubro de 1910). Quando António Luís Gomes foi nomeado ministro de Portugal no Rio de Janeiro, foi substituído por Brito Camacho, a 22 de Novembro de 1910.
- <sup>39</sup> Sobre a acção reformista de Manuel de Arriaga como reitor da Universidade de Coimbra, ver Áurea Adão (2004), pp. 207-212.
- <sup>40</sup> Acerca do foro académico, diz Áurea Adão: “a abolição do foro académico era de há muito um desejo manifestado pelos estudantes. Em 1883, já Manuel de Arriaga, enquanto deputado, os apoiara, subscrevendo, juntamente com quatro outros deputados, um projecto de lei preparado pelos próprios estudantes, porque, afirmava ele a «mocidade académica tem hoje, mais do que nunca, direito a ser ouvida»” (2004, p. 209).
- <sup>41</sup> Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1908-1909, pp. XLVI-XLVII.
- <sup>42</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 425, 5 de Março de 1907.
- <sup>43</sup> António Pires da Rocha (1884-1954) foi um dos universitários que veio a Lisboa acompanhar a comissão que apresentou a representação ao Governo e ao Parlamento. Fez parte dos chamados intransigentes. Foi presidente da Câmara de Condeixa, delegado do Ministério Público e juiz em diversas localidades. Nas suas Memórias - na posse da família, que amavelmente nos cedeu a parte referente à greve académica - recorda a origem e as repercussões desta rebelião estudantil. O autor dá-nos, numa linguagem clara, um testemunho de uma experiência vivida com ardor e emoção. É que não descurámos, neste trabalho, a memória, pois, como diz Baubérot (2005), “l’histoire scientifique se construit dans un contexte d’histoire vécue” (p. 65).
- <sup>44</sup> Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 36, de 5 de Março de 1907. p. 6.
- <sup>45</sup> Idem, sessão n.º 33, de 1 de Março de 1907. p. 6.
- <sup>46</sup> Idem, sessão n.º 33, de 1 de Março de 1907. pp. 6-7.
- <sup>47</sup> Idem, sessão n.º 34, de 2 de Março de 1907. p. 8.
- <sup>48</sup> Idem, ibidem.
- <sup>49</sup> Idem, ibidem.
- <sup>50</sup> Idem, sessão n.º 35, de 4 de Março de 1907, p. 4.
- <sup>51</sup> Idem, ibidem, p. 5.
- <sup>52</sup> Idem, ibidem, pp. 5-6.
- <sup>53</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 425, 5 de Março de 1907.
- <sup>54</sup> Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 36, de 5 de Março de 1907, pp. 5-9.
- <sup>55</sup> Idem, ibidem, p. 8.
- <sup>56</sup> Idem, ibidem, p. 7.
- <sup>57</sup> Idem, ibidem, p. 6.

- <sup>58</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.
- <sup>60</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.
- <sup>61</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.
- <sup>63</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.
- <sup>64</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.
- <sup>65</sup> Idem, sessão n.º 51, de 5 de Abril de 1907, p. 4.
- <sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.
- <sup>67</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>68</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.
- <sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 5.
- <sup>70</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.
- <sup>71</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.
- <sup>72</sup> A Luta, Lisboa, ano II, n.º 423, 3 de Março de 1907.
- <sup>73</sup> Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 51, de 5 de Abril de 1907, p. 5.
- <sup>74</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>75</sup> Idem, sessão n.º 56, de 9 de Abril de 1907, p. 4.
- <sup>76</sup> Na verdade, a 28 de Janeiro de 1906, foi inaugurado, em Coimbra, o Centro Republicano Académico, idealizado por Carlos Amaro, que foi presidente da sua direcção, à qual pertenciam Antonio Granjo e Bis-saia Barreto. Usaram, então, da palavra, entre outros, os professores universitários Bernardino Machado e Afonso Costa e ainda António José de Almeida (Lamy, 1990, p. 171).
- <sup>77</sup> Idem, sessão n.º 54, de 8 de Abril de 1907, p. 3.
- <sup>78</sup> Idem, sessão n.º 56, de 9 de Abril de 1907, p. 5.
- <sup>79</sup> Idem, sessão n.º 51, de 5 de Abril de 1907, p. 7.
- <sup>80</sup> Idem, sessão n.º 54, de 8 de Abril de 1907, p. 3.
- <sup>81</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>82</sup> Idem, sessão n.º 34, de 2 de Março de 1907, p. 8.
- <sup>83</sup> Idem, sessão n.º 36, de 5 de Março de 1907, p. 9.
- <sup>84</sup> Idem, sessão n.º 56, de 9 de Abril de 1907, p. 7.
- <sup>85</sup> Idem, sessão n.º 36, de 5 de Março de 1907, p. 4.
- <sup>86</sup> Idem, sessão n.º 56, de 9 de Abril de 1907, p. 8.
- <sup>87</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>88</sup> “Os estudantes e o Governo”, O Mundo, Lisboa, ano VII, n.º 2362, 11 de Abril de 1907

#### Referências bibliográficas

- Adão, Á. (2004). Educação e ensino na acção política de Manuel de Arriaga. In S. C. Matos, (coord.). O Tempo de Manuel de Arriaga. Actas do Colóquio organizado pelos Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, pp. 197-213.
- Baubérot, J. (2005). La séparation et son contexte sociohistorique. In J. Baubérot & M. Wiewiorka (dir.) Les entretiens d’Auxerre. De la séparation des Églises et de l’État à l’avenir de la laïcité. Paris: Éditions de l’Aube, pp.61-74.
- Braga, M. (1962). Prefácio ao livro A questão académica, de Natália Correia. Lisboa: Editorial Minotauro.
- Braga, T. (1902). História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências.
- Cartas d’El-Rei Dom Carlos I a João Franco Castelo-Branco seu último Presidente do Conselho (1924). Lisboa: Livraria Bertrand.
- Chagas, J. (1908). 1908 - subsídios críticos para a história da ditadura. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

- Correia, N. (1962). *A questão académica*. Lisboa: Editorial Minotauro.
- Eloy, J. (1938). *Boémia coimbrã*. Famalicão: Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.
- Fernandes, R. (1985). *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, J. P. (1924). *Homens do meu tempo*. Porto: Livraria Civilização.
- Gomes, J. F. (1987). *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Guedes, A. M. (1957). *Páginas do meu diário*. Lisboa: Tipografia J. Silvas.
- Homem, A. C. (1990). *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lamy, A. S. (1990). *A Academia de Coimbra (1537-1990)*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Lima, C. (1907). *A questão da universidade (depoimento dum estudante expulso)*. Lisboa: Livrara Clássica Editora.
- Montalvor, L. de (1932). "Manifesto dos estudantes republicanos ao país, de 4 de Dezembro de 1906. In *História do regime republicano em Portugal*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, p. 296.
- Olavo, C. (1955). *Homens, fantasmas e bonecos*. Lisboa: Portugália Editora.
- Prata, M. A. C. (1994). *A Academia de Coimbra (1880-1926)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Reis, C. (1991). *Eça de Queirós e a Universidade de Coimbra*. In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Actas do congresso História da Universidade no 7.º centenário da sua fundação (vol.3). Coimbra: Comissão Organizadora do C.H.U. Lisboa: Diglivro, pp. 439-453.
- Soares, A. J. (1961). *Saudades de Coimbra*. Pequena historia da Academia de Coimbra – 1901-1950. Coimbra: Edição de autor.
- Ventura, A. (1991). *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.
- Ventura, A. (1994). *Entre a república e a acracia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Xavier, A. (1962). *História da greve académica de 1907*. Coimbra: Coimbra Editora.